

# Fratura exposta nas contas externas

*Economia - Brasil*

Aumento de 0,5 ponto na taxa de juros não resolve o déficit em conta corrente



**Klaus Kleber**

O comprimido pode ter sido pequeno, mas parece ser daqueles que, administrados na hora errada, tem um efeito brutal. A decisão do Banco Central (BC) de elevar a taxa de juros em 0,5 ponto percentual, para 15,75%, deu uma violenta esfriada na economia, embora os termômetros não indicassem febre tão alta. O presidente do Banco Central (BC), Arminio Fraga, insiste em dizer que a medida é preventiva, de modo a conter a inflação, e que o Copom assim agiu para permitir maiores reduções da taxa mais adiante. Ele diz também que não há sinal de perigo e que os fundamentos da economia continuam bons.

Poucos, porém, são aqueles que o seguem nessa trilha. A expectativa do mercado é, francamente, de alta dos juros. Na melhor das hipóteses, a Selic ficaria estacionada por tempo indefinido, como em 2000, quando o Copom manteve a taxa em 16,5% por quase seis meses.

Os prognósticos quanto à inflação não mudaram, pelo menos por enquanto. Os cálculos correntes são de que a inflação pode ficar entre 4,5% e 5% neste ano, o que não seria nada dramático. Como observou o economista Luiz Rabi, a meta de inflação para 2001 é de 4%, com um intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais, tanto para acima como para baixo. Se atingisse 6%, mesmo assim a meta terá sido tecnicamente atingida. E, afinal, pergunta, o inter-

valo de tolerância não é para ser usado justamente quando surgem problemas impossíveis de prever?

O que preocupa, na verdade, são as contas externas, que estão muito ruins, em um cenário internacional conturbado. A balança comercial de janeiro até a terceira semana de março acusa um déficit de US\$ 689 milhões, que pode chegar a US\$ 800 milhões no fim do mês. O desastre da plataforma P-36 da Petrobras deve aumentar as compras de petróleo em US\$ 500 milhões, e o desafio passa a ser o de não permitir que o déficit comercial neste ano fique acima de US\$ 2 bilhões.

Não é um cálculo absurdo: além das dificuldades para vender para o desaquecido mercado americano, os exportadores brasileiros de manufaturados terão de se virar diante da "lei de competitividade" do ministro Domingo Cavallo. E, para completar, o euro, que vinha se valorizando em relação ao dólar, melhorando as chances de exportar para a União Européia (UE), vem derrapando feio e está agora em US\$ 0,89.

O quadro do balanço em contas correntes no primeiro bimestre de 2001 é pavoroso: o déficit no item juros, que foi de US\$ 1,46 bilhão em janeiro/fevereiro de 2000, atingiu US\$ 2,03 bilhões neste ano, ou seja, teve um aumento de 38,9%. Muito pior foi o que ocorreu com as remessas de lucros e dividendos: o saldo negativo nessa rubrica pulou

939,7%, indo de US\$ 68 milhões para US\$ 707 milhões, sempre comparando o primeiro bimestre de 2001 com o ano anterior.

As remessas de lucros foram baixas em 2000 porque os resultados das empresas foram maus no ano anterior. O contrário ocorre em 2001, com balanços exuberantes no ano passado. Este é o preço que o Brasil vem pagando pela entrada excepcional de investimentos estrangeiros diretos desde 1996. E, por falar nisso, esses capitais vêm diminuindo, tendo ficado em US\$ 1,019 bilhão em fevereiro. Como admite o próprio governo, o seu volume total será insuficiente para cobrir o déficit em transações correntes em 2001, diferentemente do que vinha acontecendo nos últimos anos.

**Digam o que disserem do rocambolesco Plano Cavallo, ele, pelo menos, prevê desoneração fiscal das exportações**

O déficit em conta corrente, por sinal, aumentou 85,7% no primeiro bimestre deste ano, em comparação com 2000, alcançando US\$ 3,963 bilhões. A previsão mais pessimista de que esse déficit chegasse, no fim de dezembro, a US\$ 28 bilhões (US\$ 24,5 bilhões em 2000) não parece tão pessimista assim; US\$ 30 bilhões é uma cifra bem mais realista. Inversamente, a estimativa de que a entrada de investimentos diretos atingiria US\$ 21 bilhões em 2001 parece agora otimista.

A situação é complicada e não se resolve com uma elevação de 0,5 ponto percentual na taxa Selic. O impacto psicológico foi muito mais profundo do que se poderia pensar. Pode bem ser que, apesar dos "bons

fundamentos econômicos", o Produto Interno Bruto (PIB) não cresça mais que 3%/3,5%, em 2001.

É a especulação que vem puxando o câmbio, mas ela não é despropositada. A alta cotação do dólar não faz milagre, mas estimula as exportações e pode segurar um pouco as importações, em um ambiente de crescimento moderado. O mercado externo não é dos mais favoráveis, mas o governo pode ajudar as vendas externas se se dispuser, afinal, a fazer um sacrifício fiscal.

Digam o que disserem do rocambolesco Plano Cavallo, ele, pelo menos, prevê desoneração fiscal para as exportações argentinas, e poderíamos fazer o mesmo, passando por cima das encarniçadas trincheiras da Receita Federal.

Não seria também má idéia, em um momento como este, criar incentivos para reinvestimento de capital externo, de modo a conter as remessas de lucros. E, já que temos a CC-5, por onde o dinheiro pode sair à vontade (uma exigência "sine qua non" de um certo tipo de investidores), por que não criar um esquema para trazer de volta um montão de dólares que está em paraísos fiscais?

O governo poderia fazer isso, mas predomina a convicção de a equipe econômica vai preferir mesmo é trazer mais recursos utilizando o velho chamariz do cupom cambial (variação cambial mais a taxa de juros interna). Em outras palavras, pode vir dinheiro grosso, mas sempre a curto ou curtíssimo prazo. Não conseguimos ainda exorcizar esse espectro, apesar das piás intenções do presidente do Banco Central. ■